

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCPR Nº 2024/000281

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: MARCELO AUGUSTO JORGE

EMENTA: FISCALIZAÇÃO. ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL SEM REGISTRO NO CRC. CNAES RELACIONADOS À CONTABILIDADE. REVELIA. MULTA E ADVERTÊNCIA RESERVADA. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. 1. PROFISSIONAL AUTUADA POR ASSUMIR A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA EMPRESA INDIVIDUAL SHEILA DE FÁTIMA SILVA CONSULTORIA FINANCEIRA, CONSTITUÍDA PARA EXPLORAR ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA, SEM POSSUIR REGISTRO DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PERANTE O CRCPR. 2. INFRAÇÃO VERIFICADA POR MEIO DE DILIGÊNCIA FISCALIZATÓRIA, QUE CONSTATOU CNAES 69.20-6-01 (ATIVIDADE DE CONTABILIDADE) E 69.20-6-02 (CONSULTORIA E AUDITORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA) EM EMPRESA COM SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA DESDE 2021. 3. APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 563,00 (QUINHENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS) E PENA ÉTICA DE ADVERTÊNCIA RESERVADA, COM FUNDAMENTO NO ART. 27, ALÍNEA “B” E “G” DO DL 9.295/46, C/C ART. 56 E 57 DA RES. CFC 1.603/20, RES. CFC 1.709/23 E ITEM 20, ALÍNEA “A” DO CEPC (NBC PG 01). 4. AUTUADA PERMANECEU INERTE NO PRAZO DE DEFESA, SENDO DECLARADA REVEL. EM RECURSO VOLUNTÁRIO, ALEGOU EQUÍVOCO NO ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE, AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E TENTATIVA DE REGULARIZAÇÃO DA EMPRESA. CONTUDO, CONFORME CONSULTA ATUAL À RECEITA FEDERAL, OS CNAES RELACIONADOS À CONTABILIDADE AINDA PERMANECEM ATIVOS NO CNPJ. 5. DE ACORDO COM O ART. 44 DA RESOLUÇÃO CFC 1.603/2020, A REGULARIZAÇÃO POSTERIOR À FASE DE DEFESA NÃO IMPEDE A MANUTENÇÃO DAS PENALIDADES. DIANTE DA AUSÊNCIA DE FATO NOVO OU ELEMENTO PROBATÓRIO QUE DESCARACTERIZE A INFRAÇÃO, DECISÃO ORIGINÁRIA DEVE SER MANTIDA.

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE APLICADA DE **MULTA NO VALOR DE R\$ 563,00 (QUINHENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS) E ADVERTÊNCIA RESERVADA**, NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEAS “B” E “G” DO DL 9.295/46, C/C ARTIGOS 56 E 57 DA RES. CFC 1.603/20, E RES. CFC 1.709/23. UNÂNIME. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 439ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 471ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/02/2025.